

Movimento para o Aprofundamento da Democracia

Plenário Nacional, Porto, 21-22 de Janeiro de 1984

PROJECTAR ABRIL



(Intervenção de M. de Lourdes Pintasilgo)

1. É tempo de desencanto, tempo de escape face à urgência do presente, através da evocação saudosista de que 'poderia ter sido' ou da boa intenção moralista do que 'poderá vir a ser'.

Às críticas perante a inoperância da gestão política, à exasperação contida perante o anacronismo, o imediatismo e a sectorialização descoordenada das soluções e medidas apresentadas ao País, dizem os protagonistas da acção política, com a tranquila consciência de quem vê na política apenas a correlação de forças: «Não há alternativa».

Mesmo entre aqueles que têm o enorme privilégio de conhecerem outras soluções e de as saberem pôr em prática, entre as que testaram já historicamente várias metodologias de intervenção política e de mobilização do povo, entre os que devem a si próprios a responsabilidade actuante de irem refazendo continuamente as suas hipóteses de trabalho, mesmo entre esses a tese da resignação ganha terreno. Também eles dizem: «Não há alternativa».

É certo que, no estrito quadro das forças políticas existentes e no cumprimento das normas limitativas em que a lei eleitoral encerra a participação dos cidadãos, as respostas inovadoras não surgiram.

Onde muitos esperavam diferença, criatividade, soluções voltadas para a realização das aspirações legítimas do povo português, instalou-se a rotina, a desilusão, o conformismo. Dentro do esquema dos partidos existentes, a alternância parece condenada à mais paradoxal «evolução na continuidade».

É, pois, legítimo e natural o sentimento de frustração cada vez mais generalizado a que se assiste.

Mas se, no contexto da mera alternância das forças políticas existentes, as vias de saída se apresentam cada vez mais apertadas, senão esgotadas, há que perguntar que outras vias se impõe percorrer para tornar viável a construção, não da alternância de forças — que alguns confundem com alternativa —, mas da alternativa programática capaz de mobilizar todos os que desejam um futuro melhor para o povo português.

A existência de um grupo de cidadãs e de cidadãos que se congregam para elaborar e pôr em prática soluções diferenciadas — no plano social, cultural e técnico — para os problemas com que se confrontam,

é só por si uma afirmação de que os caminhos não estão fechados.

Ainda que encarado só nesta perspectiva, o Movimento para o Aprofundamento da Democracia é um movimento de alcance político. Não há que negá-lo; há que assumi-lo de forma clara e inequívoca.

Fazê-lo é reafirmar que «a política é de todos e de todos os dias», é dizer que toda a prática social efectiva é susceptível de se globalizar numa perspectiva mais ampla e mais integrada.

É simultaneamente recusar a forma hegemónica como a articulação do político com o social, o económico e o cultural se tem vindo a processar no nosso País.

Para nós, os interesses sociais, económicos e culturais dos cidadãos têm uma autonomia própria e terão que encontrar formas directas de expressão e de intervenção política.

Neste sentido, o Movimento para o Aprofundamento da Democracia é também, pela sua simples existência, uma proposta nova, ainda que em germen, para a sociedade portuguesa.

Nessa proposta se contém também uma nova cultura política.

Recusamos firmemente a política que olha as coisas públicas com os ideais e a retórica do princípio do século, como se as sociedades tivessem ficado paradas na história e como se os últimos 30 anos não tivessem trazido à humanidade conceitos e formas — saber e técnica — que excedem o que os homens tinham conhecido até então.

Alastra hoje no mundo uma grande onda de reflexão e de criação. Dá novos conteúdos às políticas sectoriais e estabelece as condições para a sua articulação num sistema coeso e rentável. Privilegia a cultura como raiz, eixo e fruto de toda a movimentação da sociedade no processo da sua própria gestação. Estabelece sem vãos idealismos mas à base de novos adquiridos do direito internacional as condições necessárias para que os recursos naturais venham a servir para todos. Procura novas vias experimentais que permitam encontrar a ciência económica para os processos acelerados da história do nosso tempo e conduz assim a propostas de solução que submetem a inexorável lei da economia já ultrapassada às necessidades

dos indivíduos e à plena soberania dos povos. Situa a técnica numa relação realista com a sociedade e com os homens, sabendo-a determinante de modos de viver e de agir e, por isso mesmo, procurando nas suas últimas conquistas, os instrumentos que podem de facto, servir o homem e a sociedade. Experimenta novas formas de relacionamento entre os povos, de modo a que seja possível ultrapassar a lógica suicida da relação de forças para criar, em vez dela, o caminho das solidariedades ao nível do planeta.

É nessa onda de criatividade social — que o é ao mesmo tempo de renovação ético-política — que o Movimento para o Aprofundamento da Democracia pretende inscrever-se.

Dáí que — e digo-o uma vez mais — a existência do Movimento para o Aprofundamento da Democracia seja, na sociedade portuguesa, uma proposta/desafio a uma cultura e a uma prática políticas totalmente novas.

2. Temos afirmado a necessidade de revitalização do social e o nosso empenhamento em contribuímos para a sua efectivação.

Mas que entendemos por revitalização do social?

Entendemos, em primeiro lugar, a congregação das pessoas à volta dos interesses e preocupações que lhes dizem respeito e a sua eficaz mobilização na procura das soluções para esses mesmos problemas. Neste sentido, nunca é demais repetirmos o nosso empenhamento «num trabalho de procura colectiva dos projectos necessários e viáveis nas comunidades que compõem o todo nacional».

Só através de uma tal mobilização poderemos contribuir para que «os processos de transformação que germinam na sociedade portuguesa se articulem e ganhem expressão actuante».

Revitalização social é também para nós todo o trabalho científico e técnico que se efectua sobre os problemas nacionais e que permite ir construindo, por aproximações sucessivas, as balizas e os dados das alternativas possíveis para gerir o nosso País.

Não é intenção nem sequer preocupação do Movimento para o Aprofundamento da Democracia chegar, a curto prazo, a uma proposta unificada de gestão da coisa pública.

Acreditamos, antes, que só através de uma grande multiplicidade de esforços na procura de soluções diversas para os problemas com que o país se depara, poderemos vir a encontrar as vias, simultaneamente criadoras e pragmáticas, por onde um novo futuro se possa abrir.

Não se tenha, pois, por oposição o que é a natural multiplicidade das soluções técnicas que qualquer problema sugere. É nosso propósito esboçar tantas hipóteses para equacionar os problemas do País quantas nos forem possível, no confronto saudável e necessário gerado pela diversidade das nossas competências e experiências profissionais.

Ao fazer esta afirmação indico uma certa maneira

de conduzir a política. Não é seguramente a da gestão normativa, a partir de modelos feitos.

É, antes de mais, a gestão que pondera as vantagens e inconvenientes de cada solução, a partir dos critérios de «rigor científico», «inovação cultural» e «qualidade técnica» e, na base desses critérios, se encaminha, progressivamente, para as soluções adequadas a cada momento.

Nesta tentativa de darmos corpo àquilo a que chamamos «acção social transformadora», encontraremos certamente, no nosso caminho, pessoas e grupos que nos são afins.

Com eles desejamos estabelecer as pontes possíveis, todas as convergências que multipliquem e reforcem as opções que nos são comuns.

Não é intenção do Movimento para o Aprofundamento da Democracia ser um grupo isolado. Pela sua natureza de movimento, não tem paredes estanques de qualquer doutrina ou disciplina.

Só pela congregação alargada de todos quantos, dentro e fora do nosso Movimento, se propõem contribuir para a revitalização e aprofundamento da democracia, dando-lhe a configuração moderna e dinâmica, adequada a este fim-de-século, se tornará possível que o Movimento para o Aprofundamento da Democracia seja o referente social capaz de se tornar suporte de um novo projecto político na sociedade portuguesa.

3. Uma característica específica do Movimento para o Aprofundamento da Democracia é, no campo político, a de dar corpo àquilo que nos tem aparecido como uma lacuna fundamental ao nível das instituições democráticas, a articulação explícita na Constituição entre formas de democracia directa e de democracia representativa. Recordo uma vez mais os artigos 48.º e 112.º da Constituição.

Não há solução política no mundo de hoje, que possa prescindir desta articulação. Se precisássemos de exemplos, para além da nossa experiência nacional, bastaria olharmos para alguns países que nos são próximo para constatar que o voto por si não exprime necessariamente apoio mobilizador. Qualquer solução política só vinga ao nível das estruturas representativas, quando é acompanhada e estimulada pelo querer da população, (Não é por acaso que uma das maiores autoridades em interpretação do funcionamento das instituições francesas, Gerard Mendel acaba de publicar um livro sobre os dois últimos anos da vida política do seu país com o inequívoco título de: «54 milhões de indivíduos sem pertença política»...)

Para muitos a democracia directa surge apenas como um élan de generosidade, com o seu «quê» de político, mas sempre no termo utópico. Não escondemos as dificuldades que ela põe. A prática destes meses leva legitimamente, a pôr a questão de saber se o desenvolvimento de formas de participação directa dos cidadãos é viável num contexto onde todos os problemas parecem esbater-se à luz dos simples jogos de poder.

A multiplicação dos focos de intervenção e a sua articulação concertada não são uma via isolada e supérflua de «fazer» política.

Necessitam de ter impacto nas instituições, para que estas as veiculem para a arena das grandes opções políticas. Enquanto tal não for possível cansar-nos-emos uns de esperar que nasça um partido, outros de explicar que tal não é a nossa intenção.

Mas não se esgota aqui a nossa perspectiva política. Paralela e simultaneamente, com o reforço dos mecanismos de participação directa, interessa-nos ter parte activa na configuração de novos modelos e práticas de funcionamento das instituições da democracia representativa que a Constituição define.

Face à manifesta dificuldade com que sucessivos governos lutam para encontrarem no seu seio o dinamismo, a coerência e a imaginação necessários de molde a pôr de pé um projecto político que dê mais bem-estar aos Portugueses e mais dignidade ao País, não pode o Movimento para o Aprofundamento da Democracia permanecer no terreno de uma intervenção mitigada.

Através dos seus núcleos diferenciados, o Movimento para o Aprofundamento da Democracia procurará não só denunciar erros ou explicitar equívocos, mas sobretudo propor soluções construtivas que permitam, desde já, contribuir para uma resposta mais generosa aos problemas dos Portugueses.

Face à progressiva deterioração da prática parlamentar, transformada na sua maioria em caixa de ressonância das decisões e opiniões governamentais, procurará o Movimento para o Aprofundamento da Democracia contribuir, através dos meios que estiverem ao seu alcance, para a dignificação da democracia representativa.

Não se trata só de denunciar os logros do mero formalismo democrático, ou de clamar contra a crescente partidização das grandes questões de interesse nacional. Trata-se sim de contribuir para o urgente re-ordenamento das forças políticas. Trata-se de conseguir que esse re-ordenamento se faça não à volta de mitos ideológicos esvaziados de significado, mas sim em torno de valores e de processos portadores de novos horizontes para a sociedade portuguesa.

Face ao debate já aberto com as eleições presidenciais de 1985 e à forma como a partir dele se pretendem escamotear os problemas do presente, o Movimento para o Aprofundamento da Democracia não deixará de ter a intervenção adequada ao seu modo próprio de se situar na vida política.

O Movimento para o Aprofundamento da Democracia não se vê como rampa de lançamento para qualquer candidatura. Cabe-lhe antes contribuir para a clarificação da componente presidencial do regime, quer apontando para as zonas em que o alargamento dos poderes presidenciais parece imperativo, quer explicitando o que, na actual estrutura da lei fundamental, contem virtualidades de intervenção que ainda não foram actualizadas.

4. Temos afirmado a estreita ligação entre o regime democrático e o processo de desenvolvimento. Não temos hoje dúvidas quanto aos perigos que rodeiam a democracia quando se esbatem as metas próprias do desenvolvimento. No nosso tempo não é possível pensar que os direitos cívicos e políticos são um adquirido estático e definitivo a que, gradualmente e segundo as possibilidades, se vai acrescentando a satisfação dos direitos sociais, culturais e económicos.

Pelo contrário: um e outro grupo de direitos constituem um todo integrado não só nos conceitos mas na vivência das pessoas e das sociedades. As dificuldades de criação da democracia em países pobres ou nos países ricos subitamente privados de alguns recursos fundamentais mostram até que ponto a democracia passa pela capacidade de solução das necessidades básicas. Por seu turno, a satisfação de tais necessidades e condições economicamente adversas exige, como tem afirmado em vários países nos últimos meses, o aprofundamento da democracia.

Os processos de desenvolvimento adequados e viáveis não se encontram hoje em modelos feitos. São auto-corrigíveis pela constante avaliação de resultados durante o percurso da estratégia seguida, são evolutivos nas coordenadas que integram, são abertos perante as várias indeterminações do sistema económico internacional.

Propomo-nos contribuir para todo o processo de desenvolvimento que se queira, à partida, auto-centrado quanto aos objectivos e auto-suficiente quanto aos recursos.

Por isso, nestes tempos, face às condições actuais da sociedade portuguesa, o primado da plena valorização dos recursos humanos e a importância da utilização integrada dos nossos próprios recursos.

Face ao problema do desemprego, reafirmamos que a nossa óptica não é, de modo algum, a da criação artificial de postos de trabalho em actividades socialmente inúteis ou conducentes a maior dependência económica. Consideramos o trabalho em actividades socialmente úteis a expressão da dignidade da pessoa humana que é também direito de cidadania.

Para que a sociedade e as instituições funcionem melhor, consideramos urgente que os núcleos do Movimento para o Aprofundamento da Democracia se empenhem em cada local na descoberta imaginativa das actividades e iniciativas necessárias, capazes de, simultaneamente, restituírem a quem as vai exercer, a dignidade que o trabalho confere.

Face à inadequada utilização dos recursos materiais, afirmamos a nossa convicção de uma «política de austeridade», sentida a juzante por cada um de nós, tem também como causa, a montante, uma «economia de desperdício» que delapida o nosso património e ignora as nossas potencialidades.

Propõe-se o Movimento para o Aprofundamento da Democracia combater tal tendência através dos seus núcleos para tal vocacionados, contribuindo para a clarificação dos estrangulamentos existentes, para a



proposta de soluções que conduzam ao pleno aproveitamento dos recursos, que utilizem as tecnologias apropriadas às diferentes situações e projectos, que integrem em todas as etapas os objectivos da redistribuição da riqueza e do desequilíbrio dos estabelecimentos humanos.

5. O exemplo mais claro da ligação entre democracia e desenvolvimento encontra-se nos vínculos de ordem económica que os poderes públicos têm criado e na dependência externa em que nos colocam, violando a capacidade de decidirmos livremente o nosso próprio destino.

Pela segunda vez em menos de 6 anos, Portugal recorreu aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional. E fá-lo no próprio momento em que órgãos internacionais insuspeitos — como o Conselho de Interação de ex-Chefes de Governo — apelam a um período de moratória para a dívida externa dos países mais pobres e denunciam o facto de que os países devedores são conduzidos à paradoxal situação de estamos a contribuir para colmatar o défice interno do Estado dos países ricos.

Não é esta situação indiferente às linhas-mestras do Movimento para a Democracia. Pensar globalmente é para nós um imperativo ético. E tal imperativo obriga-nos a afirmar que, se Portugal não for capaz de equacionar os problemas da sua sobrevivência económica em termos mundiais, como parte de uma injusta distribuição da riqueza e do trabalho, pouco poderá fazer por si próprio. Importa que Portugal, fazendo coro com os países que recorrem ao Fundo Monetário Internacional, se situe na justa defesa dos seus interesses: obrigar o FMI a respeitar «as metas e condições do desenvolvimento social e económico dos países a quem concede empréstimos».

O outro vínculo económico é o que se refere ao pedido de adesão de Portugal à CEE. A adesão à CEE foi apresentada ao povo português como «um grande desígnio nacional», como uma «redescoberta da identidade nacional», como «a prioridade das prioridades».

Tendo entre as suas linhas de orientação «a procura de novos paradigmas», o Movimento para o Aprofundamento da Democracia vê no processo de

adesão à CEE tal como tem vindo a ser conduzido, a submissão a paradigmas já ultrapassados na Europa com a consequente subordinação das prioridades de produção em Portugal às necessidades dos países ricos, deixando na sombra as verdadeiras prioridades das empresas portuguesas e das necessidades da população portuguesa.

Pela confiança que depositamos na riqueza dos nossos recursos humanos e pelo respeito que nos merece a nossa história, não aceitamos que a nossa identidade nacional venha até nós por força da imposição de modelos alheios.

Está afinal em causa o grau de autonomia e de afirmação que queremos ter na comunidade das nações.

Somos ineludivelmente europeus mas, como tais, não temos a nossa «cidadania» europeia condicionada pelos mecanismos próprios a organizações de cooperação económica.

6. Há na vida portuguesa outras formas de viver a vida política, de articular a vida política com a vida social.

Há na Constituição da República linhas de força do regime que requerem corajosa e límpida interpretação.

Há na sociedade portuguesa experiências e reflexão capazes de emprestar à acção política outra orientação programática.

Mas nenhuma destas coordenadas pode, só por si, resolver o estrangulamento político em que nos encontramos. É na sua inter-ligação que podem ser encontradas soluções e descobertos novos caminhos.

Se a alguma atitude moral há que fazer apelo é antes de mais à resistência firme face ao desencanto e à resignação.

Há um provérbio africano que diz:

«Na guerra, não são os cobardes que são os mais perigosos, mas sim aqueles que dizem: 'Não há saída'».

Pois nós aqui estamos para dizer: «Há saída!» «Há alternativa!»

MAD (morada provisória): Rua Luciano Cordeiro, 24. 6.º-B, 1100 LISBOA